

# Ampliação das Políticas Públicas de Apoio à Agricultura Familiar por Meio da Extensão Universitária

*Expansion of Public Policies to Support Family Farming Through University Extension*

## **Autores:**

Alan Figueiredo de Oliveira. Mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

**Email:** alanfigueiredodeoliveira@yahoo.com.br;

Matheus Anchieta Ramirez. Docente na Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

**Email:** matheusarta@yahoo.com.br;

Agatha Bacelar Rabelo. Graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

**Email:** agathaabr@gmail.com;

Tainá Silva Brandão. Mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

**Email:** tainasbl18@gmail.com;

Brisa Márcia Rodrigues Savidanes. Discente na Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

**Email:** brisa.mrs@gmail.com;

Mariana Brito Gomes. Graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

**Email:** mariana.brito.gomes@gmail.com;

Luana Teixeira Lopes. Discente na Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

**Email:** lopesluana102@gmail.com;

Bruno Miranda de Paula. Discente na Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

**Email:** mirandabru.no@hotmail.com;

Gustavo Henrique Silva Camargos. Discente na Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

**Email:** gustavohenrique641@gmail.com;

Anais de Castro Benitez. Discente na Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

**Email:** anaisbenitez.23@gmail.com.

**Recebido em:** 04/10/2021    **Aprovado em:** 23/05/2023

**DOI:** 10.12957/interag.202362821

**Artigo**

## Resumo

Objetivou-se avaliar como as ações de extensão universitária do programa COMUNI atuaram na ampliação das políticas públicas para a agricultura familiar. O COMUNI é um programa de extensão universitária desenvolvido nas cidades de Pompéu-MG e Felixlândia-MG no período de 2012 a 2020 e coordenou quatro projetos de extensão, que objetivaram promover ações de desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar. As ações do programa abordaram soluções para possibilitar melhorias na qualidade de vida das famílias como a regularização fundiária, a assistência técnica, o treinamento para beneficiamento da produção, a divulgação de informações técnicas, o estímulo ao reconhecimento comunitário e o apoio à saúde básica. Ressalta-se a necessidade de adequação das políticas públicas para a agricultura familiar e das metodologias de Assistência Técnica e Extensão Rural. O programa auxiliou no desenvolvimento local e possibilitou a melhoria da formação dos estudantes e a inserção da universidade no enfrentamento dos problemas da sociedade.

**Palavras-chave:** Comunidades Rurais;  
Concentração Fundiária;  
Desenvolvimento Rural; Extensão Rural

**Área Temática:** Extensão rural universitária  
**Linha Temática:** Organização rural;  
Agricultura familiar; Promoção social

## Abstract

The objective was to evaluate how university extension actions of the COMUNI program acted in the expansion of public policies for family farming. COMUNI is a university extension program developed in the cities of Pompéu-MG and Felixlândia-MG from 2012 to 2020 that coordinated four extension projects, which aimed to promote socioeconomic development actions in family farming. The program's actions addressed solutions to enable improvements in the quality of life of families, such as land regularization, technical assistance, production improvement training, dissemination of technical information, the encouragement of community recognition and support for basic health. The need to adapt public policies for family farming and the methodologies for Technical Assistance and Rural Extension is emphasized. The program helped local development, made the improvement of the training of students and the insertion of the university in facing society's problems possible.

**Keywords:** Rural Communities;  
Land Concentration; Rural Development;  
Rural Extension

## Introdução

A agropecuária brasileira é reconhecida por sua importância econômica. Entretanto, essa riqueza não é compartilhada igualmente pela população do campo. O meio rural é marcado por desigualdades quanto ao acesso às políticas públicas, ao volume de produção, ao acesso à posse da terra, à utilização de tecnologias e às condições de vida do núcleo familiar. Essa disparidade está atrelada aos processos históricos que privilegiaram o acesso da produção patronal aos meios de produção e excluíram os agricultores familiares.<sup>1</sup>

Nesta perspectiva, a agricultura familiar no Brasil sofreu exclusões históricas quanto ao acesso à posse da terra como nas sesmarias, no cativo de terras e na modernização conservadora da agricultura.<sup>2,3,4</sup> Como resultado desses processos observa-se condições produtivas e sociais precárias em muitas comunidades de agricultores familiares.<sup>5,6,7</sup> Assim, a partir da década de 1990 foram implementadas políticas públicas com o objetivo de melhorar as condições produtivas, econômicas e sociais desta população do meio rural.<sup>8</sup> Entretanto, mesmo com essas políticas públicas, muitos produtores familiares ainda apresentam condições de vida insatisfatórias, principalmente os grupos mais excluídos como os assentados de reforma agrária e os quilombolas.

A extensão rural no Brasil contém déficit quanto ao número de produtores atendidos, que eram apenas 20,21% dos produtores brasileiros em 2017.<sup>9</sup> Os métodos de extensão rural também precisam ser adequados para atender os imperativos do desenvolvimento de comunidades de agricultura familiar.<sup>10,11</sup> A melhoria das condições de vida dessas populações excluídas no campo demanda processo de extensão rural capaz de propor ações democráticas e participativas, com protagonismo dos atores locais. Nesse novo processo de extensão é preciso propor ações que ultrapassem o âmbito estritamente técnico-produtivo e sejam capazes de gerar melhorias efetivas nas condições de vida das populações rurais.

A extensão universitária é uma das dimensões acadêmicas do ensino superior brasileiro e gera resultados positivos para o processo de formação dos estudantes e para a sociedade em geral. Nos cursos da área das ciências agrárias os estudantes podem vivenciar e propor soluções para os problemas do meio rural, o que qualifica o processo de formação. Já para a sociedade é disponibilizada a atuação de profissionais qualificados nas mais diversas áreas do conhecimento.

Assim, objetivou-se avaliar como as ações de extensão universitária realizadas pelo programa COMUNI atuaram na ampliação das políticas públicas para a agricultura familiar. Além disso, como a extensão universitária se configura como ferramenta de auxílio a políticas públicas de apoio à agricultura familiar.

## Metodologia

O COMUNI é um programa de extensão universitária da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais (EV-UFGM) que teve início no ano de 2012. Integram o COMUNI quatro projetos de extensão: o “Ação para desenvolvimento de comunidades de agricultura familiar no município de Pompéu-MG”, o “Ações de educação em saúde para comunidades de agricultura familiar”, o “Prosa com Pompéu: os resultados de um trabalho conjunto” e o “Ações para desenvolvimento da bovinocultura leiteira para agricultura

familiar no município de Felixlândia-MG". Os três primeiros projetos são desenvolvidos em Pompéu e o último em Felixlândia, que são cidades vizinhas e localizadas no centro-oeste de Minas Gerais.

O município de Pompéu-MG contém área territorial de 2.551,074 km<sup>2</sup>, população estimada de 31.812 pessoas e está distante 174 km da capital Belo Horizonte. Pompéu-MG possui características típicas dos municípios do interior mineiro com 18,93% do PIB proveniente da agropecuária, 20,67% da indústria, 40,77% de serviços e 19,63% do setor público.<sup>12</sup> A maior parte dos produtores rurais do município são produtores familiares (55,46%) e não recebem ATER (51,78%).<sup>9</sup> Já Felixlândia-MG contém área territorial de 1.554,627 km<sup>2</sup>, população estimada de 15.336 pessoas e está distante 191 km da capital Belo Horizonte. O município tem 24,44% do PIB proveniente da agropecuária, 3,85% da indústria, 37,73% de serviços e 33,98% do setor público.<sup>13</sup> A maior parte dos produtores rurais do município são produtores familiares (72,59%) e não recebem ATER (73,92%).<sup>9</sup> Essas características definem esses municípios como alvo de ações de extensão universitária voltadas para a agricultura familiar.

O projeto "Ação para desenvolvimento de comunidades de agricultura familiar no município de Pompéu-MG" com desenvolvimento contínuo desde 2012 atua em conjunto com comunidades de agricultura familiar que compõem os assentamentos de reforma agrária e as populações remanescentes de quilombos em Pompéu-MG. A equipe do projeto é composta por professores e estudantes de graduação e de pós-graduação de diferentes áreas da EV-UFMG. As principais ações do projeto são o fornecimento de ATER, a realização de cursos de extensão universitária, a organização de encontros comunitários e o auxílio na regularização dos assentamentos de reforma agrária do município.

As ações do projeto seguiram a metodologia proposta por Prado e Ramirez.<sup>10</sup> Nesta perspectiva, todas as atividades desenvolvidas foram precedidas de reuniões comunitárias onde os produtores, em cada comunidade, levantaram suas demandas. Com base nos resultados dessas reuniões comunitárias foram desenvolvidas ações de atendimento individual aos sistemas de produção e novas atividades coletivas.

As ações de ATER foram desenvolvidas com base na demanda dos produtores e no diagnóstico de situação produtiva, metodologia descrita por.<sup>14</sup> Após esse diagnóstico foram atendidas as demandas dos produtores e estabelecido planejamento em curto, médio e longo prazo para os sistemas produtivos.

Os cursos foram organizados com base nas demandas comunitárias dos produtores e nas experiências locais da equipe do projeto. Os cursos abordaram aspectos técnicos dos sistemas de produção, organização comunitária e beneficiamento e agregação de valor à produção agropecuária. A participação foi certificada formalmente pela EV-UFMG.

Os encontros comunitários foram organizados pela equipe do projeto em parceria com as comunidades. Esses encontros tiveram o objetivo de reunir produtores familiares de diferentes comunidades do município e estabelecer uma instância de debate e troca de experiências entre as comunidades de agricultura familiar.

O auxílio na organização fundiária local ocorreu com a mediação de debates entre os produtores do Assentamento Queima-Fogo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e empresas técnicas. Nesse processo, foram realizadas reuniões com todos os produtores para a tomada de decisão da melhor forma de dividir os lotes, de financiar o projeto estrutural de divisão e de regulamentar a situação dos lotes junto ao INCRA.

O projeto “Ações de educação em saúde para comunidades de agricultura familiar” iniciou-se em 2017. Esse projeto foi destinado a comunidades de agricultura familiar de Pompéu-MG e atuou junto àquelas mais excluídas. O projeto foi desenvolvido por meio de parceria da EV-UFMG e a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (FM-UFMG). A equipe é composta por professores e estudantes de graduação e de pós-graduação de diferentes áreas da EV-UFMG e da FM-UFMG. As principais ações do projeto foram a realização de reuniões com as comunidades locais para discussão de temáticas de prevenção de doenças e outros agravos de saúde pública.

O projeto “Prosa com Pompéu: os resultados de um trabalho conjunto” iniciou-se em 2012 e se manteve ativo durante todo o período. Esse projeto é destinado a promover a divulgação científica de informações úteis para atendimento de toda população do município de Pompéu-MG. O projeto é desenvolvido por meio de parceria da EV-UFMG, a rádio UFMG EDUCATIVA e rádios locais. Os programas de rádio são escritos semestralmente pelos estudantes da disciplina da área de Extensão, dos cursos de graduação em Medicina Veterinária e Aquacultura da EV-UFMG. Após a redação dos programas, os professores responsáveis realizam correções necessárias e a equipe do projeto grava as mensagens e disponibiliza para as rádios locais de Pompéu vincularem em suas programações diárias. Os programas são de curta duração e abordam assuntos diversos, seguindo demandas das comunidades e interesses dos estudantes que integram a equipe.

O projeto “Ações para desenvolvimento da bovinocultura leiteira para agricultura familiar no município de Felixlândia-MG” iniciou-se em 2017. O projeto é desenvolvido por meio de parceria entre a EV-UFMG e a Prefeitura Municipal de Felixlândia-MG (PMF) e tem o objetivo de prestar assistência técnica a produtores de gado de leite. A cada semestre são realizadas quatro visitas mensais em cada propriedade. Na primeira visita, a equipe do projeto aborda a propriedade rural por meio do diagnóstico de situação produtiva do sistema de acordo com metodologia descrita por Oliveira e colaboradores.<sup>14</sup> Após a realização desse diagnóstico, são atendidas as demandas técnicas específicas dos produtores e elaborado um planejamento técnico-produtivo em curto, médio e longo prazo.

As três visitas seguintes de cada semestre atendem as demandas dos produtores e os ajustes dos problemas diagnosticados por meio da implantação do planejamento realizado. Ao final de cada semestre é realizada uma reunião com os estudantes, os produtores e o poder público local para avaliação das ações do projeto e dos resultados atingidos e proposição de ajustes necessários para o próximo semestre. A dinâmica de atuação semestral justifica-se porque este projeto é articulado à disciplina optativa do curso de Graduação em Medicina Veterinária, desenvolvida na perspectiva da Formação em Extensão, para atenção dos requisitos de carga horária mínima de 10% desenvolvidas em atividade de extensão.<sup>15</sup>

Nos quatro projetos, após a realização das ações de campo, foram confeccionados relatórios para registro das ações desenvolvidas. Para a elaboração desse artigo foi realizada análise desses relatórios e das experiências da equipe do projeto. Esses dados foram interpretados em conjunto com a situação produtiva e social da agricultura familiar brasileira. Além disso, foram discutidos aspectos metodológicos de extensão rural e a importância dos projetos na qualificação da formação dos estudantes.

## Resultados e Discussão

As ações do projeto “Ação para desenvolvimento de comunidades de agricultura familiar no município de Pompéu-MG” foram realizadas em quatro assentamentos de reforma agrária e em uma comunidade quilombola (Tabela 1). As ações, durante os nove anos, se concentraram no Assentamento 26 de Outubro (63,80%) e no Assentamento Queima-Fogo (23,53%). Destaca-se que 81,45% das ações do projeto foram desenvolvidas até 2016.

As ações do projeto foram distribuídas em oito tipos principais (Tabela 2). As mais realizadas foram ATER individual (60,63%) e reunião comunitária (28,51%). As reuniões comunitárias se concentraram nos três primeiros anos (92,06%). As ações de ATER individual foram realizadas no período de 2013 a 2020. Porém, as ações de ATER somaram 77,61% do total até 2016.

Durante os nove anos de projeto, participaram seis professores de três diferentes departamentos da EV-UFGM, cinco estudantes de pós-graduação e 34 de graduação. Esses estudantes tinham diferentes áreas de formação como a Medicina Veterinária, a Zootecnia, a Ciência da Informação, a Aquicultura e as Ciências Socioambientais. Essas áreas diversificadas mostram a interdisciplinaridade da equipe e da perspectiva de atuação do projeto.

As ações do projeto “Ações de educação em saúde para comunidades de agricultura familiar” foram realizadas em 2018 e 2019 e atenderam quatro comunidades de agricultura

**Tabela 1** - Número de ações realizadas pela equipe do projeto “Ação para desenvolvimento de comunidades de agricultura familiar no município de Pompéu-MG” de acordo com as comunidades atendidas e o ano de execução

Comunidade	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Assentamento 26 de Outubro	30	10	32	22	24	8	3	10	2	141
Assentamento Paulista	-	6	-	-	-	1	-	-	-	7
Assentamento Pompéu-Velho	-	3	-	-	-	2	3	3	-	11
Assentamento Queima-Fogo	-	3	-	28	17	2	2	-	-	52
Quilombola Saco-Barreiro	-	5	-	-	-	-	4	1	-	10
Total	30	27	32	50	41	13	12	15	2	221

Fonte: Desenvolvido pelos autores.

**Tabela 2** - Número de ações realizadas pela equipe do projeto “Ação para desenvolvimento de comunidades de agricultura familiar no município de Pompéu-MG” de acordo com o tipo de ação e o ano de execução

Tipo de Ação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
ATER Individual	-	10	20	46	28	9	7	12	2	134
Curso de Criação de Galinha Caipira	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Curso de Criação de Peixes	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1
Curso de Defumação de Pescado	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Curso de Nutrição	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Regularização Fundiária	-	-	-	1	13	3	-	-	-	17
Reunião Comunitária	30	17	11	-	-	-	4	2	-	63
Total	30	27	32	50	41	13	12	15	2	221

Fonte: Desenvolvido pelos autores.

familiar e a zona urbana de Pompéu-MG (Tabela 3). As principais comunidades atendidas foram o Assentamento Pompéu-Velho (44,45%) e o Assentamento Queima-Fogo (27,78%). O projeto teve a participação de uma professora da FM-UFMG, dois professores da EV-UFMG e quatro estudantes de graduação, vinculados aos cursos de Medicina, Medicina Veterinária e Ciências Socioambientais.

O projeto “Prosa com Pompéu: os resultados de um trabalho conjunto” produziu 363 programas de rádio. Os programas abordaram assuntos diversos envolvendo questões sociais e produtivas do meio rural, além de aspectos ligados a preservação da saúde pública. No período de atuação do projeto participaram dois professores do Departamento de Zootecnia da EV-UFMG, dois estudantes de pós-graduação e 18 de graduação. Esses estudantes tinham diferentes áreas de formação como Medicina Veterinária, Ciência da Informação, Aquicultura e Ciências Socioambientais.

As ações do projeto “Ações para desenvolvimento da bovinocultura leiteira para agricultura familiar no município de Felixlândia-MG”, realizou 200 visitas técnicas no período de 8/2017 a 12/2019. Foram atendidos 15 produtores de leite no município de Felixlândia-MG.

Os estudantes do programa COMUNI participaram de eventos acadêmicos nacionais e internacionais. A equipe do programa teve trabalhos premiados em eventos importantes como SEMANA DE EXTENSÃO DA UFMG, AQUACIÊNCIA, ZOOTECA, X Congresso Internacional

**Tabela 3** – Número de ações realizadas pelo projeto “Ações de educação em saúde para comunidades de agricultura familiar” nos anos de 2018 e 2019 de acordo com o assunto abordado e a comunidade atendida

Ação realizada	Comunidades					Total
	A. 26 de Outubro	A. Pompéu-Velho	A. Queima-Fogo	Q. Saco-Barreiro	Zona urbana de Pompéu	
2018						
Apresentação	-	1	-	-	-	1
Zoonoses	-	1	-	-	-	1
2019						
Alimentação Saudável	-	-	1	-	-	1
Apresentação do Projeto	-	1	-	-	-	1
Doenças Cardiovasculares	-	-	1	-	-	1
Educação Sexual	1	2	1	1	-	5
Intoxicação por Agrotóxicos	-	-	-	1	-	1
Medicina Alternativa	-	1	-	-	-	1
Qualidade de Água	-	1	1	1	-	3
Transmissão de doenças Alimentares	-	-	1	-	-	1
Zoonoses	-	1	-	-	1	2
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>18</b>

Fonte: Desenvolvido pelos autores.

de Ciências Sociais Interdisciplinares e a XXIII Jornadas de Jovens Investigadores. Além disso, estudantes de diferentes áreas de formação foram premiados nesses eventos, o que mostra o reconhecimento do projeto em diversas áreas.

A agricultura familiar no Brasil tem origem na colonização do país. Porém, esse grupo social não contou com a legitimidade da posse da terra, conviveu com falta de acesso ao crédito rural e outras políticas de apoio ao desenvolvimento rural os tornando vulneráveis socioeconomicamente. A partir de 1990 foram implementadas políticas públicas de apoio à agricultura familiar com o objetivo de reduzir a desigualdade social no meio rural. Entretanto, essas políticas pouco mudaram as condições de vida nos assentamentos de reforma agrária e nas comunidades quilombolas. Nesse contexto, as ações de extensão universitárias do programa COMUNI ao atuar conjuntamente a essas comunidades buscou apoiar os setores mais excluídos do meio rural, com vistas a redução das desigualdades.

O déficit estrutural da agricultura familiar afeta todos os aspectos cotidiano desse grupo. Segundo o Censo Agropecuário de 2017<sup>9</sup>, na agricultura familiar 16,55% das propriedades não tinham energia elétrica, 81,83% dos produtores não recebiam orientação técnica, apenas 8,98 e 12,32% dos produtores acessavam informações técnicas na internet e em reuniões técnicas, 26,39% dos produtores não sabiam ler e escrever, 19,95% dos produtores nunca frequentaram uma escola, 19,00% dos produtores não eram proprietários da terra e 59,93% dos produtores não eram associados a cooperativas ou entidades de classe. Esses dados mostram que as políticas públicas para a agricultura familiar são ainda deficientes quando se avalia aspectos ligado ao acesso à educação, à posse da terra, à participação política e associativa e ao fornecimento de ATER.

A superação dessa condição de vulnerabilidade demanda o apoio do poder público para a agricultura familiar por meio do acesso à terra, à informação, à ATER, ao transporte e aos mercados.<sup>16,17</sup> Esses fatores são essenciais para melhorar a qualidade de vida no campo por meio da ampliação da participação política dos agricultores familiares, da melhor inclusão aos mercados, do aumento da renda e da eficiência produtiva.

Nesta perspectiva, as práticas extensionistas devem se pautar pela dialogicidade, participação e tomada democrática das decisões pelas comunidades. Deste modo, as ações do COMUNI buscaram atuar de acordo com as peculiaridades de cada comunidade e gerar protagonismos a esses produtores para atuação frente aos principais fatores que impactam negativamente suas vidas. Exemplo disso é a atuação em diferentes sentidos como na regularização fundiária, na promoção de cursos de beneficiamento de produtos e de manejo produtivo, na ATER individual em processos educativos contínuos. Essa atuação mostra que a extensão rural em comunidades de agricultura familiar precisa ir além dos aspectos técnicos e trabalhar questões sociais de interesse das comunidades.

Os resultados do programa indicam que a atuação da ATER em ações de desenvolvimento rural em assentamentos de reforma agrária deve ser pautada na perspectiva multidisciplinar. Nesse contexto, ressalta-se a importância da formação humanística dos profissionais que atuam em assentamentos e em outras comunidades de agricultura familiar. A continuidade das ações e a perspectiva de trabalho conjunto indicam que o programa COMUNI contribuiu com a oferta de ATER qualificada aos assentamentos. Além disso, os estudantes que participaram do programa vivenciaram processos de atuação profissional que contribuíram para a melhoria de suas formações.

A adequação da formação dos estudantes é importante uma vez que a inadequação metodológica da ATER no Brasil também foi observada por Landini.<sup>18</sup> Este autor avaliou os problemas enfrentados pela extensão rural no Brasil e concluiu que os técnicos tendiam a persistir com atuação difusionista, com pouca capacidade para compreensão holística das questões afetas ao cotidiano dos produtores, culminando com a perspectiva de identificar os produtores como problema. Essa inadequação metodológica acerca das ações de extensão rural é um problema presente na formação desses profissionais, majoritariamente difusionistas. Nesse contexto, ressalta-se que é necessário qualificar a formação dos profissionais para atuação como extensionistas.

O modelo difusionista foi desenvolvido sob o prisma do Produtivismo, ideologia que defende o aumento da produção por meio do uso de tecnologias como única solução para todos os problemas agrários. Entretanto, como os sistemas produtivos brasileiros são heterogêneos quanto a posse da terra, nível educacional, condições edafoclimáticas e aos aspectos culturais locais, esse modelo de ATER gerou inúmeros impactos negativos no âmbito social, cultural, ambiental e econômico.

Com vistas a reduzir este problema foi criada, em 2004, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) para estabelecer um novo modelo de ATER no Brasil. Esse novo modelo propõe metodologias educativas, participativas e democráticas como a base da ATER. As ações do programa COMUNI ao pautar-se em modelo de Extensão Rural que atende os imperativos da PNATER, utilizou metodologias de valorização dos saberes e anseios dos agricultores, por meio da realização de reuniões e debates comunitários, encontros entre diferentes comunidades e trocas de experiências entre produtores e profissionais.

O déficit da ATER no Brasil pode ser visto no fato que apenas 20,21% dos produtores brasileiros tinham acesso à ATER em 2017. Além disso, desses produtores que recebiam ATER, apenas 37,84% recebiam do setor público. Nas cidades onde o COMUNI é desenvolvido apenas 48,22% dos produtores de Pompéu-MG e 26,08% dos produtores de Felixlândia-MG são atendidos pela ATER.<sup>9</sup> A contratação de trabalhos privados e especializados geralmente é inacessível para a agricultura familiar em função dos altos custos, fazendo com que proporcionalmente menos agricultores familiares tenham acesso a este trabalho. Porém, não se pode perder de vista, que além da deficiência quantitativa, a ATER no Brasil apresenta uma inadequação metodológica em função do modelo difusionista.

O rompimento com o modelo de simples difusão tecnológica é um processo imprescindível em qualquer ação de ATER. A atuação de técnicos no meio rural deve ir além da difusão de tecnologias e de desenvolvimento estritamente agrícola do campo. Essas ações devem buscar estabelecer relações entre o técnico e o produtor rural que resultem em soluções que tenham o protagonismo dos produtores.<sup>19,6,20</sup> Para isso, é necessário estabelecer relação dialógica com os produtores rurais e valorizar os conhecimentos e experiências locais.<sup>21</sup>

Além da dialogicidade e do rompimento com o difusionismo, outro aspecto metodológico importante é o acompanhamento continuado das propriedades. Este acompanhamento permite que as demandas e as ações propostas sejam acompanhadas durante toda sua implementação. Adicionalmente, é possível verificar se as ações propostas estão gerando os resultados esperados e implementar correções necessárias. Além disso, as metodologias contínuas de acompanhamento possibilitam que os extensionistas desenvolvam trabalhos de educação com os produtores, que passam a agir de forma mais autônoma.<sup>19,10</sup>

Segundo Alves e colaboradores<sup>22</sup>, a vulnerabilidade da agricultura familiar está ligada ao fato que esse grupo tem acesso imperfeito aos mercados, ao comprarem os insumos a preços maiores e venderem seus produtos a preços menores que a agricultura patronal.<sup>23</sup> Nesse contexto, as ações do COMUNI de promoção de reuniões comunitárias podem reforçar os laços comunitários e fortalecer o poder de compra desses produtores por meio da realização de compras conjuntas. A realização de cursos de beneficiamento pode agregar valor aos produtos e contribuir para melhoria da rentabilidade dos produtores.

A falta de acesso às tecnologias capazes de aumentar a rentabilidade dos sistemas ou a utilização de tecnologias inadequadas podem prejudicar o desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar. A imperfeição do mercado e a exclusão histórica da agricultura familiar são os principais fatores que impedem a utilização de tecnologias. Outro aspecto importante é que a ATER no Brasil foi desenvolvida em um modelo de difusão tecnológica. Nesse processo muitas tecnologias inadequadas aos sistemas de produção são implementadas e podem gerar impactos negativos.<sup>24,25</sup>

Os autores<sup>26</sup>, mostraram que os índices de utilização de tecnologia na agricultura familiar variam entre as regiões no Brasil. Para os autores a posse da terra, a mão de obra, os recursos financeiros, o acesso à política de crédito, a infraestrutura regional, o grau de interação com cooperativas, o nível de capital humano, o grau de organização dos agricultores, o acesso à assistência técnica, o tipo de sistema de produção e as atividades predominantemente desenvolvidas são os principais fatores que interferem na adoção tecnológica.

Segundo Grisa e Schneider<sup>8</sup>, as políticas públicas para a agricultura familiar podem ser caracterizadas por três fases. A primeira marcada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e pelos Assentamentos de Reforma Agrária que partiram de posturas críticas e reivindicativas da agricultura familiar, centradas na figura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A segunda fase foi marcada pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e fortalecimento do PRONAF que contaram com atuação propositiva da agricultura familiar. Já a terceira fase foi marcada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a PNATER com participação da agricultura familiar na execução e cogestão.

Embora essas políticas públicas sejam importantes para a agricultura familiar e representem grande conquista política desse grupo, ainda é necessário tornar essas políticas mais conhecidas pelos produtores, para sua plena efetivação. Algumas dessas políticas enfrentam problemas estruturais graves, como a falta de infraestrutura e apoio aos assentados da reforma agrária, o desconhecimento dos produtores das normas e do funcionamento do PRONAF, do PAA e do PNAE até a não implementação efetiva da PNATER. Nesse contexto, as ações do programa COMUNI também objetivaram a divulgação de informações úteis para a implementação dessas políticas, com a criação de espaço para a divulgação de programas educativos nas rádios dos municípios.

A concentração fundiária no Brasil é alvo de discussões desde a década de 1950. A concentração fundiária era vista como grande empecilho ao pleno desenvolvimento econômico nacional. Nesse sentido, a redistribuição de terras por meio da Reforma Agrária passou a ser vista como a solução para reduzir a pobreza no campo, aumentar os postos de trabalho agrícola, ampliar a segurança alimentar, a produção agropecuária, a equidade e a justiça e dinamizar a economia, local e nacionalmente.<sup>27,28</sup> Embora os assentamentos de reforma agrária no Brasil tenham sido instituídos legalmente pelo Estatuto da Terra de 1964, apenas

10 anos após a redemocratização a Reforma Agrária no Brasil experimentou um aumento significativo no número de famílias assentadas e implementação de assentamentos.<sup>28,29</sup>

No Brasil, 973.451 famílias vivem em 9.347 assentamentos, em 87.978.041 hectares.<sup>29</sup> Em um levantamento feito pelo INCRA<sup>30</sup>, em 1.164 assentamentos foi verificado que 21,02% das famílias não tinham acesso à água suficientemente, 56,14% não tinham acesso adequado à energia elétrica, 57,89% consideravam as estradas ruins, 55,74% tinham acesso deficiente ao serviço de saúde pública, apenas 47,78% acessavam o PRONAF e 36,99% não consideravam o tamanho do lote adequado. Esses dados demonstram a precariedade na condição dos assentamentos, dificuldade ao acessar serviços públicos e políticas de apoio a agropecuária, o que resulta no insucesso dos assentamentos.

O déficit estrutural e a falta de acesso adequado aos meios de produção podem gerar relações de subordinação e clientelismo dentro dos assentamentos, possibilitando que subsistam formas de exploração, injustiças e violências entre os assentados.<sup>31,28</sup> A atuação do COMUNI, atendendo a política de Extensão Universitária proposta pela UFMG, em assentamentos de reforma agrária buscou justamente auxiliar os produtores a encontrarem alternativas para superação desse déficit estrutural e da insuficiência dos trabalhos de ATER fornecidos pelo poder público. A ação realizada pela equipe do COMUNI com o objetivo de promover a regularização fundiária de um dos assentamentos é um exemplo claro da ineficiência da política de Reforma Agrária, pois se trata de um assentamento criado em 2008 e que até 2017 os assentados não tinham a definição da demarcação dos seus lotes.

Outro problema nos assentamentos atendidos é a falta de acesso às outras políticas públicas como o PRONAF e a ATER. O PRONAF foi criado com o objetivo de prover crédito rural para diferentes segmentos da agricultura familiar e promover maior desenvolvimento deste grupo. Nesse contexto, o fortalecimento do sistema nacional e a adequação metodológica da ATER são processos chaves para que os produtores possam acessar as linhas de crédito e melhorar seus sistemas produtivos.

A divulgação científica no Brasil é centralizada nas universidades públicas e nas empresas de pesquisa. Os resultados das pesquisas mais relevantes e inovadoras geralmente são publicados no formato de artigos científicos em revistas científicas internacionais publicadas em idioma inglês. Além disso, o acesso a esses artigos geralmente apresenta alto custo. Esses fatores atuam como grande barreira que impede o acesso dos produtores e técnicos de campo à essas informações.<sup>32</sup> Nesse contexto, a extensão universitária tem a função de promover ações de democratização por meio da "divulgação científica" dessas informações. Neste sentido, o projeto Prosa com Pompéu possibilitou divulgação de informações técnicas que podem melhorar a vida das pessoas, o meio ambiente, a saúde pública, a implementação de políticas públicas e as práticas produtivas.

A assistência básica à saúde no Brasil, tem um papel fundamental na prevenção de doenças facilmente evitáveis entre a população. Entretanto, nas zonas rurais esse serviço apresenta grandes dificuldades de atender todas as pessoas de forma adequada. Entre essas dificuldades destacam-se a dispersão da população no território, o que dificulta a logística das equipes de saúde na zona rural e aumenta o custo de deslocamento. Assim, as ações de extensão universitária realizadas pelo COMUNI com o foco em saúde pública tiveram justamente o objetivo de melhorar a assistência dessas comunidades rurais e promover melhores condições de saúde no campo.

A extensão universitária é uma das dimensões acadêmicas do ensino público superior e permite a professores e estudantes promoverem melhorias nas diversas áreas da sociedade. Nas ciências agrárias e extensão rural permite benefícios mútuos para as universidades e para as comunidades locais. Para as universidades é proporcionada a ampliação dos espaços de aprendizado de seus estudantes. Além disso, esses estudantes podem experimentar as mais diversas dificuldades enfrentadas pelos produtores e atuar tecnicamente na proposição de soluções para os sistemas produtivos. Para as comunidades locais é proporcionado acesso a serviços especializados, que podem auxiliar na busca de soluções adequadas para seus problemas.

Os estudantes que atuaram no programa, puderam participar de eventos técnico-científicos, demonstrando o vínculo do programa com a pesquisa e a capacidade de gerar produtos reconhecidos pela academia. Essa participação possibilitou desenvolvimento de habilidades como exposição de ideia para públicos diversos, produção de apresentações, redação científica e relacionamento com outros estudantes e profissionais de diversas áreas do conhecimento.

## Conclusão

As ações do programa COMUNI atuaram conjuntamente com comunidades rurais de agricultores familiares propondo soluções para a melhoria da condição socioeconômica dessas famílias. Essas ações buscaram apoiar os produtores a encontrar soluções adequadas para superação de seus problemas. A utilização de metodologias de ATER democráticas e participativas possibilitou contribuir para o bem-estar dessa população historicamente excluída do meio rural.

Ressalta-se a necessidade de melhoria das políticas públicas de apoio à agricultura familiar, principalmente os grupos mais fragilizados como os assentados e os quilombolas.

## Contribuições

Alan Figueiredo de Oliveira: Ações Práticas de Campo, Metodologia, Escrita do Artigo-Rascunho Original, Redação – Revisão e Edição; Matheus Anchieta Ramirez: Conceitualização, Administração do Projeto, Coleta de Dados, Ações Práticas de Campo, Metodologia, Escrita do Artigo – Revisão e Edição; Agatha Bacelar Rabelo: Ações Práticas de Campo, Escrita do Artigo – Revisão e Edição; Tainá Silva Brandão: Ações Práticas de Campo, Escrita do Artigo – Revisão e Edição; Brisa Márcia Rodrigues Savidanes: Ações Práticas de Campo, Escrita do Artigo – Revisão e Edição; Mariana Brito Gomes: Ações Práticas de Campo, Escrita do Artigo – Revisão e Edição; Luana Teixeira Lopes: Ações Práticas de Campo, Escrita do Artigo – Revisão e Edição; Bruno Miranda de Paula: Ações Práticas de Campo, Escrita do Artigo – Revisão e Edição; Gustavo Henrique Silva Camargos: Ações Práticas de Campo, Escrita do Artigo – Revisão e Edição; Anaís de Castro Benitez: Ações Práticas de Campo, Escrita do Artigo – Revisão e Edição.

## Referências

1. BELIK, Walter. A heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p.9-30, jan./mar. 2015.
2. OLIVEIRA, Alan Figueiredo de et al. Configuração histórica do setor agrário brasileiro. In: GONÇALVES, L.C.; RAMIREZ, M.A.; OLIVEIRA, A.F. de. (Orgs.). **TÓPICOS DE SETOR AGRÁRIO E DE EXTENSÃO RURAL**. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2019A. p.1-20.
3. MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.
4. FONSECA, Maria Teresa Lousa. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.
5. KAGEYAMA, Angela.; BERGAMASCO, Sonia.; OLIVEIRA, Julieta. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 51, n. 1, p.105-122, jan/mar. 2013.
6. NIEDERLE, Paulo.; FIALHO, Marco.; CONTERATO, Marcelo. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil-aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 9-24, fev. 2015.
7. MELLO, Paulo Freire. Mediadores da pobreza e a pobreza dos mediadores. **Revista de Política Agrícola**, n. 4, p. 104-117, out./nov./dez. 2017.
8. GRISA, Catia.; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v.52, p.125-146, fev. 2015.
9. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: Dados Definitivos**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuaria.html>>. Acesso em: 10 junho 2020.
10. PRADO, E.; RAMIREZ, M. A. **Agricultura Familiar e extensão rural no Brasil**. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2011.
11. ALVES, Amanda Cristina Diniz. As práticas extensionistas da Emater frente à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-um estudo na microrregião de Pará de Minas/MG. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 6, n. 2, p. 26-44, jul./dez. 2017.
12. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pompéu/panorama>>. Acesso em: 15 junho 2020A.
13. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/felixlândia/panorama>>. Acesso em: 20 junho 2020B.
14. OLIVEIRA, Alan Figueiredo de et al. Diagnóstico de situação: como conhecer a propriedade rural. In: GONÇALVES, L.C.; RAMIREZ, M.A.; OLIVEIRA, A.F. de. (Orgs.). **TÓPICOS DE SETOR AGRÁRIO E DE EXTENSÃO RURAL**. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2019B. p.82-92.
15. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC.RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.
16. ELLIS, Frank. **Peasant economies: Farm house holds and agrarian development**. Reino Unido: Cambridge University Press. 1988.

17. MELLO, Paulo Freire. Pobreza e desigualdade nos assentamentos rurais da Bahia. **Revista de Política Agrícola**, v. 24, n. 4, p. 5-17, out./nov./dez. 2015.
18. LANDINI, Fernando Pablo. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. **Ciência Rural**, v. 45, n. 2, p.371-377, fev. 2015.
19. FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
20. SAMBORSKI, Tarcísio.; SILVEIRA, Vicente.; SAMBORSKI, Andrea. Teoria da ação comunicativa e extensão rural. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 6, n. 2, p.11-25, jul./dez. 2017.
21. ZUIN, Luís.; ZUIN, Poliana.; MANRIQUE, Miguel. A comunicação dialógica como fator determinante para os processos de ensino-aprendizagem que ocorrem na capacitação rural: um estudo de caso em um órgão público de extensão localizado no interior do Estado de São Paulo. **Ciência Rural**, v.41, n. 5, p.917-923, mai. 2011.
22. ALVES, Eliseu.; SOUZA, Geraldo.; SANTANA, Carlos. Pobreza e sustentabilidade. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 4, p. 63-81, out./nov./dez. 2016.
23. SOUZA, Geraldo.; GOMES, Eliane.; ALVES, Eliseu. A. Imperfeições de mercado e concentração de renda na produção agrícola. **Revista de Política Agrícola**, n. 2, p. 31-38, abr./maio/jun. 2018.
24. ALVES, Eliseu Roberto de Andrade. Políticas agrícolas e extensão rural. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 3, p. 3-8, jul./ago./set. 2018.
25. ALVES, E.; SOUZA, G. S.; MELLO, P. F.; MARRA, R. Imperfeições de mercado e pobreza rural. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 4, p. 77-84, out./nov./dez. 2019.
26. SOUZA, P. M.; FORNAZIER, A.; SOUZA, H. M.; PONCIANO, N. J. Diferenças regionais de tecnologia na agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 594-617, out. 2019.
27. BERRY, Albert. The case for redistributinal land reform in developing countries. **Development and Change**, n. 42, v. 2, p. 637-648, mar. 2011.
28. MELLO, Paulo Freire. As impossibilidades da reforma agrária brasileira. **Revista de Política Agrícola**, v. 25, n. 1, p. 108-121, jan./fev./mar. 2016.
29. INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/pt/reforma-agraria.html>>. Acesso em 20 de agosto de 2020.
30. INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária**. Brasília, 2010. Disponível em: < [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/pqra\\_-\\_apresentao.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/pqra_-_apresentao.pdf)>. Acesso em 15 de agosto de 2020.
31. MELLO, Paulo Freire; DOS SANTOS, Adilson Nascimento. Sistemas de produção nos assentamentos rurais do Rio Grande do Sul, safra 2004-2005. **Perspectiva Econômica**, v. 9, n. 2, p. 69-82, jul./dez. 2013.
32. OLIVEIRA, Alan Figueiredo de et al. Métodos e técnicas de comunicação em extensão rural. In: GONÇALVES, L.C.; RAMIREZ, M.A.; OLIVEIRA, A.F. de. (Org.). **TÓPICOS DE SETOR AGRÁRIO E DE EXTENSÃO RURAL**. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2019C. p.73-82.